

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL
ESPERA FELIZ- MG

MARÇO / 2016.

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL
ESPERA FELIZ- MG

MARÇO / 2016.

Índice:

1. Apresentação
2. Introdução
3. Cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;
4. Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
5. Cumprimento dos limites e das condições para a realização de operações de crédito;
6. Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;
7. Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, com a especificação dos índices alcançados;
8. Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
9. Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;
10. Aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;
11. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;

12. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;
13. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
14. Montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias;
15. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e daqueles repassados ao RPPS;
16. Procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida com o RPPS, com a indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas;
17. Informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos";
18. Conclusão

01 - Apresentação.

Em cumprimento do ato de observância da Lei Complementar 101/2000, IN nº 03/2014 do Tribunal de Contas de Minas Gerais, conforme o § 3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008, Lei Municipal 1.119/2014 – LOA e Lei Municipal 1.165/2015.

02 – Introdução.

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 deixou evidência a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está baseada na conduta dos negócios públicos que garantem uma gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o exercício de 2015, aperfeiçoar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo a legislação que rege a matéria, acompanhado de forma previa, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3 - Cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos à eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se a meta atingida foi a meta proposta e se não poderia gastar menos ao realizar a ação e se a ação alcançou de fato, os anseios da população.

A LDO foi elaborada como elo entre o PPA e a LOA do Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre as programações/ações estabelecidas no PPA àqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

3.1 Metas de Receita, Despesa, Resultado primário e Nominal.

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação das metas fiscais de Receitas Despesas e Resultado Primário do Exercício de 2015., estabelecidas na LDO conforme § 1º do art. 4º da LRF.:

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESAS E RESULTADO PRIMARIO ESTABELECIDAS. EXERCÍCIO DE 2015.		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA	REALIZADA
RECEITAS PRIMARIAS	47.413.000,00	35.848.554,72
DESPESAS PRIMARIAS	45.178.952,36	35.030.591,46
RESULTADO PRIMARIO	2.234.047,64	817.963,26
RESULTADO NOMINAL	-	826.188,57
DÍVIDA PÚBLICA	-	5.568.261,91
CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	-	4.742.073,34

Quanto a análise do Resultado Nominal apurado ao final do exercício, destacamos que houve um aumento de R\$ 1.580.651,50, no valor da dívida fiscal líquida.

- 4 – Avaliação dos Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos através da mesma estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população evidenciando as disponibilidades dos recursos no Município,

4.1 Elaboração do Orçamento.

A LOA do município para o exercício financeiro de 2015 foi elaborada conforme disposições aplicáveis à espécie, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 1.119/2014.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação a estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03(três) anos;
- Os fatores principais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente;
- Convênios e parcerias com governo Federal e Estadual.

A fixação das despesas para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03(três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas no LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimativa;
- A legislação vigente.

- 4 – Avaliação dos Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos através da mesma estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população evidenciando as disponibilidades dos recursos no Município,

4.1 Elaboração do Orçamento.

A LOA do município para o exercício financeiro de 2015 foi elaborada conforme disposições aplicáveis à espécie, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 1.119/2014.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação a estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03(três) anos;
- Os fatores principais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente;
- Convênios e parcerias com governo Federal e Estadual.

A fixação das despesas para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03(três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas no LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimativa;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 52.210.000,00 e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

LEI ORÇAMENTARIA EXERCÍCIO DE 2015.			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR R\$
Receitas Correntes	45.493.890,00	Despesas Correntes	36.499.518,74
Receitas de Capital	9.565.000,00	Despesas de Capital	11.619.371,26
Dedução para o FUNDEB	5.315.000,00	Despesas Intra- Orçamentaria	2.466.110,00
SOMA	49.743.890,00	Soma	50.585.000,00
Receita Intra- Orçamentaria	2.466.110,00	Reserva de contingencia	1.625.000,00
Total	52.210.000,00	Total	52.210.000,00

4.2 Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei 4.320/64, lei 8.666/93, LRF e legislação pertinente.

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

4.3 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTARIO EXERCÍCIO 2015.							
RECEITA				DESPESA			
TITULOS	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇA R\$	TITULOS	FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇA R\$
RECEITAS CORRENTE	45.493.890,00	41.915.218,82	3.578.671,18	CRED. ORÇAMENT. E SUPLEMENTARES	52.156.500,00	40.165.174,17	11.991.325,83
RECEITAS DE CAPITAL	9.565.000,00	997.688,72	8.567.311,28	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
RECEITA BRUTA	55.058.890,00	42.912.907,54	12.145.982,46		0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRA	2.466.110,00	2.222.410,57	243.699,43		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(5.315.000,00)	(4.578.896,43)	(736.103,57)	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	53.500,00	65.338,60	(11.838,60)
OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	7.295,24	7.295,24		0,00	0,00	0,00
SOMA	52.210.000,00	40.549.126,44	11.660.873,56	SOMA	52.210.000,00	40.230.512,77	11.979.487,23
DEFICIT	0,00	0,00	318.613,67	SUPERAVIT	0,00	318.613,67	000
TOTAL	52.210.000,00	40.549.126,44	11.979.487,23	TOTAL	52.210.000,00	40.549.126,44	11.979.487,23

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 52.210.000,00 e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

LEI ORÇAMENTARIA EXERCÍCIO DE 2015.			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR R\$
Receitas Correntes	45.493.890,00	Despesas Correntes	36.499.518,74
Receitas de Capital	9.565.000,00	Despesas de Capital	11.619.371,26
Dedução para o FUNDEB	5.315.000,00	Despesas Intra- Orçamentaria	2.466.110,00
SOMA	49.743.890,00	Soma	50.585.000,00
Receita Intra- Orçamentaria	2.466.110,00	Reserva de contingencia	1.625.000,00
Total	52.210.000,00	Total	52.210.000,00

4.2 Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei 4.320/64, lei 8.666/93, LRF e legislação pertinente.

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

4.3 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTARIO EXERCÍCIO 2015.							
RECEITA				DESPESA			
TITULOS	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇA R\$	TITULOS	FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇA R\$
RECEITAS CORRENTE	45.493.890,00	41.915.218,82	3.578.671,18	CRED. ORÇAMENT. E SUPLEMENTARES	52.156.500,00	40.165.174,17	11.991.325,83
RECEITAS DE CAPITAL	9.565.000,00	997.688,72	8.567.311,28	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
RECEITA BRUTA	55.058.890,00	42.912.907,54	12.145.982,46		0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRA	2.466.110,00	2.222.410,57	243.699,43		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(5.315.000,00)	(4.578.896,43)	(736.103,57)	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	53.500,00	65.338,60	(11.838,60)
OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	7.295,24	7.295,24		0,00	0,00	0,00
SOMA	52.210.000,00	40.549.126,44	11.660.873,56	SOMA	52.210.000,00	40.230.512,77	11.979.487,23
DEFICIT	0,00	0,00	318.613,67	SUPERAVIT	0,00	318.613,67	000
TOTAL	52.210.000,00	40.549.126,44	11.979.487,23	TOTAL	52.210.000,00	40.549.126,44	11.979.487,23

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 52.210.000,00 e foi efetivamente arrecadada o montante de R\$ 40.549.126,44, ocorrendo um déficit de arrecadação no valor de R\$ 11.660.873,56 em função ao orçamento, devido a frustração das Receitas de Transferências Constitucionais e de convênios com o governo Federal e Estadual, devida a crise financeira e política do país, porém houve um superávit no exercício no valor de R\$ 318.613,67, demonstrando assim um gestão eficiente, não gastando assim mais do que arrecada cumprindo assim a Lei 101/2000 a LRF.

4.4 – Créditos Adicionais

4.4.1 – Créditos Suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na Lei 1.119/2014 - LOA que foi de 15% até 19/10/2015 e passando conforme Lei 1.021/2015 para 10% a partir de 20/10/2015, alterando o art. 5º da Lei 1.006/2013(LOA).

APURAÇÃO DO LIMITE DE CREDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO DE 2015	
Lei nº 1.119/2014 – Lei Orçamentária 2015	52.210.000,00
% limite	15%
Crédito suplementar autorizado pela LOA	7.831.500,00
Lei nº 1.165/2015.	25%
Crédito suplementar autorizado acrescido pela Lei Complementar	13.052.500,00
Valor dos créditos suplementares abertos no exercício	8.939.291,62
% Aplicado autorizado pela Lei nº 1.119/2014	17,12%
Crédito supl. aut. Lei Especial nº 1.142/2015	46.000,00
Crédito supl. aut. Lei Especial nº 1.164/2015	20.000,00
Valor dos Créditos suplementares e Especial abertos no exercício.	9.005.291,62
% aplicado	17,25%

RELAÇÃO DOS DECRETOS ABERTO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

	DATA	NATUREZA	Nº da Lei Aut.	Nº do Decreto	Valor
01	02/01/2015	Suplementar	1.119/2014	1	341.810,08
02	02/02/2015	Suplementar	1.119/2014	2	408.464,01
03	02/03/2015	Suplementar	1.119/2014	3	1.112.483,00
04	01/04/2015	Suplementar	1.119/2014	4	376.364,28

05	04/05/2015	Suplementar	1.119/2014	5	496.086,58
06	01/06/2015	Suplementar	1.119/2014	6	297.634,66
07	10/06/2015	Especial	1.142/2015	7	46.000,00
08	25/06/2015	Suplementar	1.119/2014	8	395.664,60
09	01/07/2015	Suplementar	1.119/2014	9	296.110,05
10	24/07/2015	Suplementar	1.119/2014	10	120.305,00
11	03/08/2015	Suplementar	1.119/2014	11	441.196,99
12	25/08/2015	Suplementar	1.119/2014	12	818.005,27
13	01/09/2015	Suplementar	1.119/2014	13	620.500,05
14	25/09/2015	Suplementar	1.119/2014	14	322.134,71
15	01/10/2015	Suplementar	1.119/2014	15	381.173,23
16	27/10/2015	Suplementar	1.119/2014	16	469.062,41
17	03/11/2015	Suplementar	1.119/2014	17	306.123,99
18	09/11/2015	Especial	1.164/2015	18	20.000,00
19	25/11/2015	Suplementar	1.119/2014	19	682.001,49
20	01/12/2015	Suplementar	1.119/2014	20	378.717,02
21	15/12/2015	Suplementar	1.119/2014	21	123.773,20
22	28/12/2015	Suplementar	1.119/2014	22	551.681,00
23		Total			9.005.291,62

4.4.2 – Créditos extraordinários

Não houve

4.4.3 – Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve

4.4.4 – Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve

4.4.5 – Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Não houve

4.4.6 – Ativo Real Líquido

Em 2015, apurou-se um Ativo Real Líquido no valor de R\$ 2.482.895,34. Demonstrando assim uma gestão eficiente com resultados eficaz, prova disso e que apesar do déficit de arrecadação ocorreu no exercício um superávit no valor de R\$ 235.333,32.

5 Cumprimento dos limites e das condições para a realização de operações de crédito:

No exercício de 2015, foi executado em Operações de Crédito a importância de R\$ 226.350,20, para fins de investimento no Município valor este que representa o índice de 11,75% que é o percentual sobre a Despesa de Capital executado no valor de R\$ 1.926.617,53, valor este que representa o limite Máximo de operações de crédito que poderia ter sido executado no exercício, conforme autorização no art. 3º da Lei 1.119/2014 a LOA, demonstrando assim que o Executivo cumpriu com que determina a Lei 101/2000 a de Responsabilidade Fiscal, não ultrapassando os limites de antecipações de crédito autorizado por Lei.

6 Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;

6.1 Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar

Quanto aos restos a pagar inscrito no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 3.748.862,12, sendo processado R\$ 1.365.304,49 e não processado R\$ 2.383.557,63, demonstrando assim que no exercício de 2015 o executivo observou todos os limites estabelecidos na Lei, evitando assim o aumento do endividamento do Município, sendo ainda importante apontar que os valores inscritos representa em grande parte como investimentos para o Município.

A administração continua a buscar o equacionamento do déficit. O compromisso é manter uma gestão planejada de forma que os restos a pagar processados sejam, no Máximo, no montante da disponibilidade de caixa, o que já aconteceu no exercício de 2015, atendendo desta forma as exigências do art. 42 da lei complementar 101/00.

6.2 Observâncias dos limites e das condições para a realização da despesa com pessoal

2015		
Titulos	RS	% realizado
Receita Corrente Liquida	36.364.324,89	
Gastos total com pessoal no Exercício de 2015	16.735.191,52	46,02
Limite 90%	17.673.061,90	48,60
Limite Prudencial 95%	18.654.898,67	51,30
Excesso a Regularizar	19.636.735,44	54,00

5 Cumprimento dos limites e das condições para a realização de operações de crédito;

No exercício de 2015, foi executado em Operações de Crédito a importância de R\$ 226.350,20, para fins de investimento no Município valor este que representa o índice de 11,75% que é o percentual sobre a Despesa de Capital executado no valor de R\$ 1.926.617,53, valor este que representa o limite Máximo de operações de crédito que poderia ter sido executado no exercício, conforme autorização no art. 3º da Lei 1.119/2014 a LOA, demonstrando assim que o Executivo cumpriu com que determina a Lei 101/2000 a de Responsabilidade Fiscal, não ultrapassando os limites de antecipações de crédito autorizado por Lei.

6 Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;

6.1 Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar

Quanto aos restos a pagar inscrito no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 3.748.862,12, sendo processado R\$ 1.365.304,49 e não processado R\$ 2.383.557,63, demonstrando assim que no exercício de 2015 o executivo observou todos os limites estabelecidos na Lei, evitando assim o aumento do endividamento do Município, sendo ainda importante apontar que os valores inscritos representa em grande parte como investimentos para o Município.

A administração continua a buscar o equacionamento do déficit. O compromisso é manter uma gestão planejada de forma que os restos a pagar processados sejam, no Máximo, no montante da disponibilidade de caixa, o que já aconteceu no exercício de 2015, atendendo desta forma as exigências do art. 42 da lei complementar 101/00.

6.2 Observâncias dos limites e das condições para a realização da despesa com pessoal

2015		
Titulos	RS	% realizado
Receita Corrente Liquida	36.364.324,89	
Gastos total com pessoal no Exercício de 2015	16.735.191,52	46,02
Limite 90%	17.673.061,90	48,60
Limite Prudencial 95%	18.654.898,67	51,30
Excesso a Regularizar	19.636.735,44	54,00

5 Cumprimento dos limites e das condições para a realização de operações de crédito;

No exercício de 2015, foi executado em Operações de Crédito a importância de R\$ 226.350,20, para fins de investimento no Município valor este que representa o índice de 11,75% que é o percentual sobre a Despesa de Capital executado no valor de R\$ 1.926.617,53, valor este que representa o limite Máximo de operações de crédito que poderia ter sido executado no exercício, conforme autorização no art. 3º da Lei 1.119/2014 a LOA, demonstrando assim que o Executivo cumpriu com que determina a Lei 101/2000 a de Responsabilidade Fiscal, não ultrapassando os limites de antecipações de crédito autorizado por Lei.

6 Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;

6.1 Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar

Quanto aos restos a pagar inscrito no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 3.748.862,12, sendo processado R\$ 1.365.304,49 e não processado R\$ 2.383.557,63, demonstrando assim que no exercício de 2015 o executivo observou todos os limites estabelecidos na Lei, evitando assim o aumento do endividamento do Município, sendo ainda importante apontar que os valores inscritos representa em grande parte como investimentos para o Município.

A administração continua a buscar o equacionamento do déficit. O compromisso é manter uma gestão planejada de forma que os restos a pagar processados sejam, no Máximo, no montante da disponibilidade de caixa, o que já aconteceu no exercício de 2015, atendendo desta forma as exigências do art. 42 da lei complementar 101/00.

6.2 Observâncias dos limites e das condições para a realização da despesa com pessoal

2015		
Titulos	RS	% realizado
Receita Corrente Liquida	36.364.324,89	
Gastos total com pessoal no Exercício de 2015	16.735.191,52	46,02
Limite 90%	17.673.061,90	48,60
Limite Prudencial 95%	18.654.898,67	51,30
Excesso a Regularizar	19.636.735,44	54,00

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade fiscal, os gastos do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do poder legislativo não poderão exceder a 6% e os do poder executivo 54%. Demonstrando no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

- 7 Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, com a especificação dos índices alcançados;

7.1.A Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino

Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental Exercício 2015	
Título	valor
Receita de impostos, transferências constitucionais, multas e juros dos impostos e receita da dívida ativa dos impostos	25.824.015,99
Gastos com ensino	7.881.475,08
Percentual aplicado no Ensino	30,52

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% da base de cálculo atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

7.1.B Aplicação dos recursos do FUNDEB – Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Aplicação dos Recursos FUNDEB - Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Exercício 2015	
Título	valor
Receita recebida no exercício	5.359.770,55
Despesas Empenhadas no exercício	4.961.602,69
Despesas Empenhadas no exercício c/Remuneração dos Prof. Magistério.	4.748.423,70
Percentual aplicado na Remuneração dos Prof. Do Magistério	88,59%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite de 60%(sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

7.2 Aplicação em ações e em serviços públicos de saúde

Aplicação nas Ações da Saúde. Exercício 2015	
Titulo	valor
Receita de impostos, transferências constitucionais, multas e juros dos impostos e receita da dívida ativa dos impostos	24.859.480,75
Gastos nas ações e Serv. Público de Saúde com recursos próprios com ensino	6.403.992,84
Percentual aplicado na Saúde	25,76

O Município aplicou nas ações e serviços de Saúde no exercício de 2015, com recursos próprios, mais do que 15% da base de cálculo e manteve a aplicação acima deste índice no exercício de 2015, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

8 Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Houve realização de alienação de bens no exercício de 2015, no valor de R\$ 42.600,00, sendo este valor utilizado em aquisição de investimentos que no exercício de 2015 soma a importância de R\$ 2.971.660,61, valor este bem acima do realizado em alienação de bens, demonstrando assim a aplicação dos recursos em investimento, cumprindo assim o que determina a Lei 101/2000 a Lei de responsabilidade fiscal.

9 Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;

Repasse Efetuado ao poder Legislativo Exercício 2015.		
Receita tributaria, transferências constitucionais, receita da Dívida Ativa Tributaria, Multas e Juros decorrentes de Receitas tributarias arrecadadas em 2014	Limite Maximo de repasse 7% das receitas arrecadadas em 2014 conforme primeira coluna	Repasse Realizado Execução normal Percentual realizado 6,85% Limitado ao orçamento do legislativo
RS26.289.292,88	R\$ 1.840.250,50	R\$ 1.800.000,00

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo pelo Executivo obedeceu ao disposto na Emenda Constitucional 25 que inclui o art. 29.A. da CF/88. O poder Executivo atentou tanto para o limite Máximo, quanto para o mínimo, sendo realizado o valor do orçamento do legislativo, conforme determina a Lei.

10. Aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado

Os valores repassados a título de transferência de recursos públicos a entidades de direito privado foram autorizados por Lei Municipal.

Todas as transferências realizadas obedecem a lei de Diretrizes Orçamentárias.

As prestações de contas dos recursos transferidos as entidades de direito privado foram devidamente encaminhadas e foram totalmente aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES QUE RECEBERAM RECURSOS NO EXERCÍCIO DE 2015.

	Nº do Convenio	Data	Beneficiário	Lei Aut.	Valor Autorizado	Valor Realizado
01	01	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO LELECO PARA CRIANÇAS	1.118	48.000,00	48.000,00
02	02	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA BAIRRO SANTA CLARA	1.118	8.400,00	8.400,00
03	03	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES DE ESPERA FELIZ	1.118	12.000,00	9.000,00
04	04	02/01/2015	APAE -P ASSOC. PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS	1.118	60.000,00	55.000,00
05	05	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAL SETOR SÃO GONÇALO	1.118	18.000,00	16.500,00
06	06	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SANTA CECILIA E ADJ.	1.118	8.400,00	4.900,00

07	07	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO RIVER II – CENTRO DE REABILITAÇÃO	1.118	7.200,00	0,00
08	08	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VARGEM ALEGRE	1.118	8.160,00	7.476,00
09	09	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VALE DO SOL E ADJACENTES	1.118	8.400,00	7.700,00
10	10	02/01/2015	ASSOCIAÇÃO FILANTROPICA CASA DE ACOLHIMENTO PORTAL	1.118	9.600,00	8.800,00
11	11	02/01/2015	LAR SÃO SEBASTIÃO	1.118	24.000,00	22.000,00
12	12	02/01/2015	CONSELHO PARTICULAR SANTA LUZIA DE MARILAC	1.118	8.136,00	7.780,00
13	13	02/01/2015	EMATER	1.118	250.000,00	209.684,37
14	14	23/01/2015	POLICIA MILITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.118	60.000,00	60.000,00
15	17	12/06/2015	ASSOCIAÇÃO RIVER II – CENTRO DE REABILITAÇÃO	1.118	7.200,00	6.171,42
TOTAL					537.496,00	471.411,79

11. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado.

Para proteger seu patrimônio, fazendo com que o mesmo evolua, o Município realizou no exercício de 2015, as seguintes medidas de proteção:

Levantamento dos Bens patrimoniais, considerando a identificação, a localização, o valor de aquisição, o valor de mercado com comparação da sua situação, para fins de atualização do cadastro no sistema e Ajuste patrimonial para Depreciação/amortização.

Conforme verificada no demonstrativo das Variações Patrimoniais, no exercício de 2015, as mutações patrimoniais ativas superaram as passivas proveniente de aquisições, construções, além das amortizações, cujos pagamentos vem sendo cumpridos rigorosamente, diminuído portanto, o passivo permanente do Município, havendo assim no exercício um superávit Patrimonial no valor de R\$ 2.482.895,34.

12 - Termos de parceria firmada e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento.

Os valores repassados a título de transferência de recursos públicos aos consórcios Públicos foram autorizados por Lei Municipal LDO e LOA .

Todas as transferências realizadas obedecem a lei de Diretrizes Orçamentárias.

RELAÇÃO DOS CONSORCIOS QUE RECEBERAM RECURSOS NO EXERCÍCIO DE 2015.

	Nº do Convenio	Data	Beneficiário	Lei Aut.	Valor Autorizado	Valor Realizado	% S/RCL
01	15	20/01/2015	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARA GERENCIAMENTO	1.019	72.294,00	72.294,00	0,20
02	16	26/01/2015	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VERDE - CISVERDE	1.119	19.022,40	18.960,00	0,05
	TOTAL				91.316,40	91.254,00	0,25

*RECEITA CORRENTE LIQUIDA R\$ 36.364.324,89

As prestações de contas dos recursos transferidos as entidades de direito privado foram devidamente encaminhadas e foram totalmente aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura

13 Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICON), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Acompanhamento de entrega das obrigações do SICON

Data do Envio	Mês	Módulo	Chave de Verificação	Nº de Protocolo
02/02/2015	-----	IP	3981729795	22160201609501524
23/10/2015	JANEIRO	AM	1630345342	232141001609161527
28/10/2015	FEVEREIRO	AM	1435561037	282201001609091542
05/11/2015	MARÇO	AM	1822038024	52111101609091518
06/11/2015	ABRIL	AM	1190991431	62141101609531502
09/11/2015	MAIO	AM	1445419224	92121101609171510
10/11/2015	JUNHO	AM	2769902977	102091101609331556
10/11/2015	JULHO	AM	3406339537	102211101609121551
11/11/2015	AGOSTO	AM	2516502790	112151101609461536
12/11/2015	SETEMBRO	AM	3985984156	122151101609341543
10/12/2015	OUTUBRO	AM	441662397	102131201609351520
04/01/2016	NOVEMBRO	AM	973859653	421501011609011641

Com base no relatório informado o município encaminhou os ACOMPAMENTOS MENSAIS-AM, dentro dos prazos estabelecidos bem como procedeu a sua substituições a medida que se fizeram necessárias, dentro do prazo previsto pelo TCE/MG., e o INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO -IP, também foi enviado dentro dos prazo estabelecido.

14 Montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias.

No exercício de 2015 inscreveu-se em restos a pagar as Contribuições Previdenciárias, junto ao Regime Geral da Previdência Social, a importância de R\$ 97.972,28, em despesas Orçamentárias e a importância de R\$ 37.525,14 em despesa extra orçamentária. E para o Regime Próprio de Previdência, foram inscritos R\$ 279.895,37, em despesas Orçamentárias e R\$ 125.852,33 em despesa extra orçamentária.

15 Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e daqueles repassados ao RPPS.

O município está vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime de Previdência Própria, com contribuições para os dois regimes que ficou assim composto durante o exercício

Demonstrativo dos pagamentos ao FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE ESPERA
FELIZ – FUMPREF exercício de 2015

Nº	Mês	Descrição	Orçamentario	Extra Orçamentario	Total
01	JAN	FUMPREF	225.005,83	103.127,67	328.133,50
02	FEV	FUNPREF	146.366,59	65.715,92	212.082,51
03	MAR	FUMPREF	165.434,21	74.276,42	239.710,63
04	ABR	FUMPREF	169.011,79	75.667,64	244.679,43
05	MAI	FUMPREF	181.474,23	75.941,05	257.415,28
06	JUN	FUMPREF	174.216,41	75.957,96	250.174,37
07	JUL	FUMPREF	172.381,05	76.688,25	249.069,30
08	AGO	FUMPREF	169.694,39	76.189,51	245.883,90
09	SET	FUMPREF	163.615,41	75.145,27	238.760,68
10	OUT	FUMPREF	171.229,40	75.348,48	246.577,88
11	NOV	FUMPREF	167.401,92	75.159,89	242.561,81
12	DEZ	FUMPREF	212.535,05	95.553,37	308.088,42
		TOTAL	2.118.366,28	944.771,43	3.063.137,71

Demonstrativo dos pagamentos ao INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL -
INSS exercício de 2015

Nº	Mês	Descrição	Orçamentário	Extra Orçamentário	Total
01	JAN	INSS	139.361,91	60.696,81	200.058,72
02	FEV	INSS	65.746,09	26.514,57	92.260,66
03	MAR	INSS	74.238,54	35.227,86	109.466,40
04	ABR	INSS	82.154,79	33.666,32	115.821,11
05	MAI	INSS	114.083,37	38.572,11	152.655,48
06	JUN	INSS	90.974,56	38.974,44	129.949,00
07	JUL	INSS	89.324,13	39.449,27	128.773,40
08	AGO	INSS	97.830,04	38.887,44	136.717,48
09	SET	INSS	93.223,08	42.569,19	135.792,27
10	OUT	INSS	102.093,00	45.193,60	147.286,60
11	NOV	INSS	99.809,72	40.569,59	140.379,31
12	DEZ	INSS	177.825,14	72.423,82	250.248,96
		TOTAL	1.226.664,37	512.745,02	1.739.409,39

- 16 Procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida com o RPPS, com a indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas;

Não houve renegociação de dívida no exercício de 2015.

- 17 Informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos";

O município concilia todos os dados constantes do Regime de Previdência Própria, fazendo assim a conciliação dos valores devidos pelo município ao Fundo de Previdência, serem lançados em Restos a pagar, e os valor dos créditos a receber pelo Fundo de Previdência, serem lançados como dívida ativa, conforme determina a legislação vigente, e demonstrativos emitidos.

18 Conclusão

Continuo a evidenciar as fragilidades, procuro antes de qualquer medida administrativa, alertar os agentes sobre a necessidade de adotar ações corretivas. Para fins de regularização das mesmas quanto a sua moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Continuo em contato permanente com os demais órgãos que existem no poder Executivo como: compras, patrimônio, contábil, jurídico, comissões, etc., que também estão em harmonia permanente com o Controle Interno.

Este Relatório de Controle Interno exibiu a preocupação com o controle concomitante da Execução Orçamentária do Município de ESPERA FELIZ. Buscou-se atender além da exigência da Instrução Normativa, todos os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno.

Sei da importância da Controladoria, também no aspecto de assessoramento ao Gestor Municipal e Secretários Municipais, e, dentro do meu limite de conhecimento, procuro auxiliá-los no aspecto técnico da melhor forma possível, visando estabelecer os princípios da economicidade e eficácia, analisando contratos, convênios, atos da Administração, conduta de gestores e servidores, operacionalidade dos órgãos municipais e zelando pelo bem público.

Com base nas informações prestadas e no relatório acima, sou do parecer favorável pela aprovação das contas prestadas do exercício de 2015.

É o que me coube relatar.

ESPERA FELIZ (MG), 30 de março de 2016


FLAVIA ALVES GERALDELI MOREIRA